

PRAÇA DA LIBERDADE



POR

Orlando Monteiro da Silva

Presidente da Associação Nacional dos Profissionais Liberais

Coopetição, um conceito de colaboração em competição, é a palavra-chave que pode ajudar a dar respostas a quatro desafios globais que se colocam ao sistema de saúde português.

No setor da saúde, o desafio do pragmatismo permite que as políticas da saúde não sejam irreversivelmente afetadas por aspetos de natureza ideológica. Se as propostas políticas se situam exclusivamente no plano da disputa partidária e dos ciclos eleitorais ou orçamentais, as respostas ficam definitivamente comprometidas ou adiadas. Um exemplo, a prática privada liberal, convencionada com o SNS e financiada com base em resultados poderia ser uma resposta adequada às listas de espera intermináveis no SNS para algumas áreas de especialidade médica, tais como psiquiatria e psicologia, otorrinolaringologia, dermatologia, oftalmologia e medicina dentária.

Coopetição em saúde

Verifica-se, hoje em dia, que as mais prevalentes doenças crónicas, tais como cérebro-cardiovasculares, cancro, doenças respiratórias, diabetes, doenças mentais e da cavidade oral, partilham entre si vários fatores de risco, como o uso de tabaco, abuso de álcool, sedentarismo e nutrição desadequada. Os mais afetados são os menos favorecidos e as populações socialmente marginalizadas.

Estes fatores de risco implicam

respostas a este desafio da transversalidade no sistema de saúde, composto pelo nosso SNS, privados e setor social.

O desafio da responsabilização que enfrentam as sociedades europeias no acesso à saúde não é apenas de gestão e financiamento, mas também do foro cívico e educacional. É preciso desenvolver uma capacidade pedagógica na população, no sentido da cultura dos direitos e deveres de todos e

de promoção de literacia e autocuidados em saúde.

O desafio da sustentabilidade visa assegurar o direito de proteção na saúde para todos. Implica a alteração de vários paradigmas, tais como consciencializar a população que os cuidados de saúde não são gratuitos. Nos dias de hoje, a percepção desinformada da gratuitidade é perversa em termos de comportamento sociológico. Ainda que indiretamente, por via fiscal e pagamentos diretos, os serviços de saúde são pagos por todos nós ou pelo menos pela larga maioria dos cidadãos.

Precisamos de mobilizar a inteligência coletiva no nosso sistema nacional de saúde e da sociedade no seu todo para implementar nesta próxima legislatura uma cultura organizacional e regulatória com mais colaboração no setor privado, mais competição dentro do setor público e mais coopetição entre público, privado e social.

Os desafios de Montenegro



POR

Nuno Botelho

Presidente Associação Comercial do Porto

tar. Uma boa sequência de decisões e iniciativas, nos primeiros meses de trabalho, trará seguramente alguma estabilidade e aceitação pública ao Governo da AD.

Também no curto prazo se espera que sejam aplicadas as medidas fiscais que o programa eleitoral preconizava, nomeadamente em sede de IRS e na baixa progressiva do IRC. Será um sinal forte a transmitir aos investidores e aos agentes económicos, uma vez que a falta de competitividade fiscal é um dos principais estrangulamentos que o país conheceu nos últimos anos. Por outro lado, isso será um passo fundamental para reforçar a estratégia de atração de Investimento Direto Estrangeiro, numa altura em que, por exemplo em Espanha, se está a seguir o caminho oposto.

Com metas ambiciosas ao nível do crescimento económico, o futuro Governo terá de olhar para a crise de mão de obra – partilhada por qua-

se todos os setores de atividade – como um desafio importante e que reclama uma nova visão estratégica. Estou certo de que essa sensibilidade existe e que haverá políticas direcionadas para esse objetivo. Desde logo, com um quadro tributário mais favorável à fixação dos jovens, mas também num programa de requalificação e capacitação profissional, que ajuste as competências disponíveis ao que as empresas solicitam.

Finalmente – e tratando-se de um dos requisitos para o novo desembolso do PRR – é fundamental iniciar uma reforma da Administração Pública. Isso passará, no essencial, por valorizar e reter os bons quadros existentes, eliminar redundâncias e agilizar toda a estrutura de decisão administrativa do Estado Central.

O contexto não é fácil e a missão é exigente. Mas Luís Montenegro já deu sinais de que não renuncia a um bom desafio.

Desafio aos novos ministros



POR

Fernando Calado Rodrigues

Padre

Amanhã vai ser apresentado ao presidente da República o novo Governo, o qual será empossado em circunstâncias políticas e sociais muito particulares. Exige-se aos novos governantes capacidade de diálogo, e de gerar sinergias, para a promoção do bem comum.

Em algumas funções sociais do Estado, têm sido as instituições particulares de solidariedade social (IPSS), entre as quais se incluem muitas da Igreja Católica, a garantir várias das respostas sociais que competem ao Estado. São os casos do apoio à infância e juventude, aos idosos e aos mais desfavorecidos.

Os novos governantes não deverão olhar para as IPSS como concorrentes do Estado, mas como suas coadjuvantes. Devem, nomeadamente os mi-

nistros da Segurança Social e da Saúde, aproveitar as suas virtualidades, promover boas práticas, estar atentos às suas carências e acorrer às suas necessidades. Só assim estas poderão continuar a prestar um bom serviço às populações, sobretudo àquelas que o Estado tem mais dificuldade em apoiar – e com as quais teria de gastar muito mais se não fossem as IPSS...

Há outras áreas e contextos que também exigem atenção dos novos ministros, nomeadamente os da Educação e da Justiça, áreas em que as IPSS poderiam desenvolver novas respostas sociais e fazer o que o Estado não consegue. Por exemplo, a criação de estruturas de acompanhamento de alunos com baixo rendimento provenientes de contextos sociais e familiares complexos, como acontece em escolas dos subúrbios do Porto e, sobretudo, de Lisboa, ou nas zonas do Interior.

A Igreja também já demonstrou competência para a criação de novas respostas sociais para a prevenção da criminalidade, a reinserção social dos reclusos e o acompanhamento dos libertos para que não voltem a reincidir.

A resolução de problemas complexos requer a colaboração de todos!

A poucos dias de conhecermos o novo Governo, importa olhar para alguns dos principais desafios políticos e económicos que o Executivo liderado por Luís Montenegro irá enfrentar no curto e médio prazo. E o primeiro – embora já o soubéssemos de antemão – ficou comprovado com a rábula da eleição para a Presidência da Assembleia da República: as condições de governabilidade.

A equipa escolhida pelo novo primeiro-ministro terá de apresentar uma grande solidez política e capacidade negocial para ultrapassar o obstáculo que está criado ao nível do suporte parlamen-